



MPC/DF

Fl. 5
Proc.:
37709/05

Rubrica

**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete do Procurador Demóstenes Albuquerque**

PROCESSO N.º 37709/2005 (Apenso n.º 54.001.543/2003-PMDF)

PARECER N.º 988/2006–DA

EMENTA: Reforma. Leis n.ºs 7.289/84 e 10.486/02. Polícia Militar do Distrito Federal. Proventos integrais. Incapacidade física definitiva. Ferimento contraído em ato de serviço. Inquérito Sanitário de Origem. Nexo de causalidade com acidente ocorrido na manutenção da ordem/segurança pública. Instrução sugere legalidade, com alerta. Parecer divergente. Diligência.

Versam os autos em epígrafe sobre a reforma do Soldado PM Absolon Cabral da Silva, matrícula n.º 13.618-3, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço policial militar, podendo prover os meios de subsistência, em decorrência de



MPC/DI 6

Fl. 5

Proc.:
37709/05

Rubrica

Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete do Procurador Demóstenes Albuquerque

ferimento¹ contraído em serviço (manutenção da ordem ou segurança pública), de acordo com conclusão de inquérito sanitário de origem (fls. 5/155-apenso) e parecer proferido pela Junta de Inspeção de Saúde da Corporação à fl. 1-apenso.

2. O militar reformou-se em 28.11.2003, com proventos integrais de sua graduação, com fulcro no artigo 94, inciso II, da Lei nº 7.289/84, combinado com os artigos 20, § 1º, inciso I, e 24, inciso I, da Lei nº 10.486/02, conforme ato concessório de fl. 172-apenso.

3. A Unidade Técnica procedeu ao exame dos elementos integrantes do feito e concluiu guardarem, no mérito, conformidade com os pressupostos legais de regência.

4. Não obstante, observou que o direito ao acréscimo de 15% na parcela *Adicional de Certificação Profissional*, respeitante à realização de curso de especialização ou habilitação, carece ser certificado nos autos, aspecto cujo saneamento afigura-se passível de ser ultimado posteriormente pela jurisdicionada, assim como a renumeração de folhas do apenso, sem prejuízo de mérito.

5. Ressaltou que o óbice erguido quanto ao cálculo cumulativo dos percentuais do sobredito adicional encontra-se superado com o advento da Lei federal nº 11.134, de 15.07.2005, sublinhando ainda que a matéria também se encontra definida no âmbito desta Corte, em vista da Decisão nº 2447/2006, exarada no Processo nº 1284/2003. Pela deliberação, o Tribunal acolheu pedido de reexame interposto contra a Decisão nº 561/2005, para rever seu posicionamento acerca da incorreta regulamentação efetivada pela PMDF que permitiu o acúmulo mencionado, encerrando, assim, questionamento acerca da regularidade dos pagamentos precedentes à Lei nº 11.134/05.

6. Noticiou, ademais, a inclusão indevida nos proventos do interessado de parcela intitulada *VPNI – Art. 61, parágrafo único da Lei nº 10.486/2002*, segundo o abono provisório de fls. 186/187-apenso, porém suprimida mais adiante (a partir de julho/2005, após questionada pelo Controle Interno), conforme verificado no demonstrativo de fl. 207-apenso.

7. A propósito, aduziu que o Tribunal, embora tendo por regular o pagamento daquela vantagem num primeiro momento, proferiu a Decisão nº 5225/2005 (Processo nº 3639/2004), em face do que dispunha o art. 21, parágrafo único, da Lei nº 10.486/02, determinando estudos apartados “quanto à obrigatoriedade de fazer constar nos demonstrativos de proventos dos militares, para fins de apreciação da legalidade dos atos de inatividade, as parcelas de que trata o art. 21 e seu parágrafo único, tendo em vista o disposto no art. 20, ‘ex-vi’ do art. 1º, todos dispositivos da Lei nº 10.486/2002”.

¹ Diagnóstico: M51.1 (Transtornos de discos lombares e de outros discos intervertebrais com radiculopatia). Fonte: CID 10 - Classificação Internacional de Doenças – 10ª Revisão.



MPC/DF7

Fl. 5

Proc.:
37709/05

Rubrica

Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete do Procurador Demóstenes Albuquerque

8. Nesse sentido, informou ter sido autuado o Processo nº 32111/2005, com o escopo de identificar as hipóteses que dariam ensejo a eventual diferença de proventos apurada na passagem do militar para a inatividade (reserva remunerada ou reforma), em relação a outros direitos pecuniários não caracterizados como proventos, cujo deslinde, doravante, deverá ser observado pela Corporação.

9. Registrou, por derradeiro, o parecer emitido pelo Órgão de Controle Interno (fls. 211/217-apenso), manifestando-se pela legalidade da concessão, não obstante algumas ressalvas que, a juízo da Instrução, afiguram-se dispensáveis, por já terem sido comentadas ou não constituírem óbice ao exame de mérito da concessão.

10. Destarte, finalizou, sugerindo ao e. Plenário que considere legal a reforma em comento, para fins de registro, sem prejuízo de alertar a Jurisdicionada que comprove o direito do militar ao acréscimo de 15% na parcela Adicional de Certificação Profissional, renumere os documentos subseqüentes à fl. 165-apenso e *“observe o que vier a ser decidido no Processo nº 32.111/2005, quanto à VPNI, atinente à eventual diferença de proventos apurada na passagem do militar para a inatividade, reserva remunerada ou reforma, em relação a outros direitos pecuniários não caracterizados como proventos”*.

11. Diante das ponderações ofertadas pela Unidade Técnica, passo a analisar o presente feito, salientando, primeiramente, que há questões a serem melhor elucidadas pela Jurisdicionada, no sentido de justificar a concessão da reforma nos termos legais indicados.

12. Nesse sentido, depreende-se do inquérito sanitário de origem que a causa de incapacidade definitiva do policial militar para o serviço da corporação decorreu de lesão de disco lombar (hérnia de disco) com radiculopatia crônica leve L5-S1 à direita, a qual se manifestou após acidente envolvendo viatura que conduzia para atender ocorrência policial, no dia 19.01.2001, enquadrando-se a incapacidade como conseqüente de ferimento contraído em serviço ou na manutenção da ordem ou segurança pública (conclusão do encarregado do ISO à fl. 155-apenso).

13. Passados mais de dois anos sob licença médica, a Junta Ordinária de Inspeção de Saúde emitiu parecer (fl. 1-apenso), considerando o militar incapacitado definitivamente para o serviço policial militar, acometido de moléstia incurável, conquanto em condições de prover os meios de subsistência.

14. Sem embargo da conclusão proferida pela JOIS, este MP entende que não há elementos precisos nos autos que indiquem se, efetivamente, houve agravamento irreversível da lesão, resultando na reforma do militar, mesmo porque não foi



MPC/DI8

Fl. 5
Proc.:
37709/05

Rubrica

Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete do Procurador Demóstenes Albuquerque

considerado inválido, de forma peremptória, condição sob a qual não poderia exercer quaisquer outras atividades.

15. Frise-se, por outro lado, que não se pretende aqui questionar o teor do laudo médico, emitido por junta médica legitimada para esse fim. Este **Parquet** objetiva apenas preservar a adoção de procedimentos legais a serem realizados pela Administração Pública quando da concessão em espécie.

16. Em princípio, o militar acometido por enfermidade incapacitante, antes de ser reformado sob esse motivo, deve ser submetido a tratamento e, não estando em condições de reassumir o cargo, a Corporação deve desenvolver procedimentos que permitam seu aproveitamento no exercício de outras atividades. Após a adoção dessas medidas legais, caso persista o militar sem condição de reassumir as funções precípua do cargo ou de exercer atividades condizentes com a sua deficiência, é que deverá ser reformado.

17. Esses procedimentos administrativos, voltados ao aproveitamento do miliciano no exercício de atividades laborais, devem ser documentados em autos próprios e juntados ao de reforma para fim de permitir melhor apreciação do ato concessivo por parte da c. Corte de Contas, sem o qual estar-se-ia vinculado a decidir nos termos do laudo médico.

18. Sem embargo de reconhecer o quanto a integridade física torna-se essencial para a atuação do policial militar na digna atividade de zelar pela segurança da população, impõe-se ressaltar que a tese defendida no sentido de se buscar aproveitar, no serviço público, o servidor em outras atividades inerentes ao cargo ocupado, compatíveis com sua incapacidade física, está diretamente associada ao processo evolutivo que ocorre no meio social e legislativo para inclusão de pessoas portadoras de deficiências no mercado de trabalho, especificamente na esfera pública.

19. A própria Carta Magna estabelece, entre as diretrizes da seguridade social, a promoção da integração ao mercado de trabalho, a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária (art. 203, incisos III e IV, CF).

20. Nesse diapasão, se há legislações protetoras para o ingresso no serviço público, por que não desenvolver meios para reaproveitar em outras atividades o militar acometido de incapacidade física definitiva relacionada ao pleno exercício de sua função original, caracterizando sua continuidade laborativa.

21. A readaptação de um servidor tem fim social, pois atende tanto o órgão ao qual vinculado quanto ao interessado. A Administração Pública desonera-se do pagamento



MPC/DF 9

Fl. 5

Proc.:
37709/05

Rubrica

**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete do Procurador Demóstenes Albuquerque**

premature da aposentadoria ou reforma, cuja despesa atinge toda sociedade, e continua a usufruir dos serviços do servidor e dos seus conhecimentos adquiridos até então. O miliciano, por sua vez, mantém a estabilidade financeira pois, em caso de ocorrer reforma em grau hierárquico inferior ao que poderia obter (resta obstada a possibilidade de promoção na carreira), há perda salarial indesejada e até prejudicial a sua sobrevivência, sem contar que, permanecendo em atividade, sua auto-estima será preservada.

22. No caso concreto, verifica-se que a lesão sofrida pelo interessado ocasionou, no sentir da Junta Médica, sua incapacidade definitiva para o serviço policial militar. Todavia, não há nos autos qualquer informação acerca da possibilidade de ser reaproveitado em outras atividades, compatíveis com a deficiência que adquiriu, ou mesmo se foram esgotados todos os recursos da medicina especializada antes de se indicar a reforma.

23. Cumpre destacar disposições contidas na Portaria PMDF nº 247, de 09.11.1999, que estabelece instruções reguladoras das inspeções de saúde e das juntas de inspeção de saúde, cujos preceitos, à toda evidência, deveriam ser observados no caso concreto dos autos, visto que o laudo médico que subsidiou a presente reforma foi expedido já sob a égide do normativo regulador.

24. Estabelece a Portaria que, quando a origem da incapacidade física do policial militar decorrer do serviço e ultrapassado o prazo de 2 (dois) anos “*sem definição do caso ou quando se tratar de perda definitiva da capacidade funcional, a Junta emitirá seu parecer e encaminhará a Ata de Inspeção de Saúde para à Diretoria de Pessoal da Polícia Militar, com indicações claras e pormenorizadas para formular funções compatíveis com a sua condição física e estado de saúde atual.*” (art. 32 e parágrafo único). (sublinhei)

25. Calha também acentuar ser factível o retorno à atividade de policial militar reformado por incapacidade definitiva, caso venha a ser julgado apto em inspeção de saúde, conforme reza o adiante transcrito artigo 29 da mesma Portaria, em harmonia com o artigo 100 da Lei nº 7.289/84 (Estatuto dos Policiais Militares do DF):

Art. 29 - O Policial Militar reformado por incapacidade definitiva caso seja julgado Apto em inspeção de saúde por Junta Superior, em grau de recurso ou revisão, poderá retornar ao serviço ativo ou ser transferido para a Reserva Remunerada, conforme dispuser a regulamentação específica.

26. Não é desarrazoado imaginar que o militar possa exercer outras funções dentro do Quadro de Pessoal da PMDF que não estejam diretamente ligadas às atividades “de rua”, a exemplo do labor restrito ao expediente burocrático. Não são raros os casos de



MPC/10

Fl. 5
Proc.:
37709/05

Rubrica

**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete do Procurador Demóstenes Albuquerque**

servidores que continuam a prestar seus serviços, mesmo após acometidos por lesões orgânicas, como é o caso em exame.

27. O Tribunal de Contas tem o poder-dever de, nos estritos termos de suas atribuições constitucionais, ao apreciar a legalidade dos atos de concessões, buscar sempre certificar-se de que os feitos atendem aos requisitos de regularidade, objetivando o exato cumprimento da lei e dos preceitos constitucionais.

28. Assim, à luz dos pressupostos de legalidade e de razoabilidade, impõe-se averiguar quais as circunstâncias que envolveram a reforma do militar, uma vez que, à época da inativação, poderia, em princípio, ter sido reaproveitado em outras funções compatíveis com sua incapacidade, sem descartar, inclusive, a possibilidade de obter, futuramente, plena recuperação e voltar às suas atividades normais, considerando que as seqüelas do acidente sofrido, ao menos peremptoriamente, não resultaram em moléstia qualificada em lei (invalidez).

29. Exatamente nesse sentido é que o Tribunal determinou estudos, com vistas a uniformizar os procedimentos em processos de inativação por invalidez (Processo nº 1159/2004, Decisão nº 4297/2004). O objetivo primordial foi o de elaborar projeto de decisão normativa para orientar os órgãos jurisdicionados distritais no sentido de que, antes da concessão de aposentadorias ou reformas por invalidez, sejam verificadas as alternativas administrativas de designação do servidor para outras atividades inerentes ao cargo que ocupa, compatíveis com o grau de deficiência a que o mesmo foi acometido.

30. Nesse senda, sobreveio a Decisão nº 3043/2005 (S.O. nº 3.927, de 30.06.2005), aprovando a edição de Decisão Normativa, com o seguinte teor:

“Tribunal de Contas do Distrito Federal
Decisão Normativa nº 01/05

Dispõe sobre a realocação do servidor acometido de moléstia grave ou doença decorrente de acidente em serviço.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XXVI, artigo 84 do Regimento Interno, de acordo com o decidido pelo egrégio Plenário, na Sessão realizada em 28 de setembro de 2004, conforme consta do processo nº 1.159/04, considerando a necessidade de estabelecer orientação para os jurisdicionados a respeito do procedimento a ser adotado nos casos de aposentadoria por invalidez; considerando a prerrogativa conferida a esta Corte no artigo 3º da Lei Complementar do Distrito Federal nº 1, de 9 de maio de 1994, resolve expedir a seguinte DECISÃO NORMATIVA:



MPC/DF

Fl. 5
Proc.:
37709/05

Rubrica

Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete do Procurador Demóstenes Albuquerque

Art. 1º A junta médica oficial antes de se manifestar sobre a prorrogação da licença ou a concessão de aposentadoria por invalidez, verificará se o servidor tem condições de reassumir o exercício do cargo para o desempenho de atribuições compatíveis com a deficiência constatada.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.” (Publicada no DODF de 06.07.2005, p. 28).

31. Frise-se, por oportuno, que o Tribunal vem acolhendo sugestões do **Parquet** acerca da necessidade de a Jurisdicionada prestar os devidos esclarecimentos atinentes às circunstâncias que envolveram as concessões de reformas ou aposentadorias, dada a natureza da lesão, a exemplo das Decisões nºs 1384/2005 (Proc. nº 4890/1997), 2277/2004 (Proc. nº 1852/2003), 1673/2005 (Proc. nº 7739/1996), 6639/2003 (Proc. nº 4456/1998), 2000/2005 (Proc. nº 1816/2005) e 1812/2005 (Proc. nº 3496/2004).

32. Pelo exposto, lamentando dissentir do encaminhamento proposto pelo Corpo Técnico, opina este **Parquet** pelo retorno dos autos em diligência, no sentido de que a PMDF, no prazo de 60 (sessenta) dias, além do atendimento às medidas preconizadas à fl. 3, preste circunstanciadas informações sobre as providências adotadas para reaproveitar o Sd PM Absolon Cabral da Silva em outras atividades antes da concessão da reforma por incapacidade física definitiva para o serviço policial militar, ou impedimentos legais para tanto, observando os termos da Portaria-PMDF nº 247, de 09.11.1999, em especial, a disposição contida no parágrafo único do artigo 32, juntando aos autos a comprovação formal das medidas, sobretudo porque foi considerado apto a prover meios próprios de subsistência.

É o parecer.

Brasília, 10 de agosto de 2006.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador do Ministério Público de Contas do DF